

HT-209



UNIVERSIDADE  
EDUARDO MONDLANE



Faculdade de Letras e de Ciências Sociais  
Departamento de História

A Crise do Programa Moçagrus na Província de Niassa e suas  
Consequências sócio- económicas, 1996-2004.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos  
para a obtenção do grau de Licenciatura em **História** da Universidade  
Eduardo Mondlane.

Tomás Gaspar Mpate Decualanga.

Maputo, Novembro de 2006.

HT-209



*A Crise do Programa Mosagrius na Província de Niassa e suas Consequências Sócio económicas, 1996-2004.*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane.

Tomás Gaspar Mpate Decualanga

Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Letras e de Ciências Sociais  
Departamento de História

Supervisor: Professor Doutor David Hedges  
Co-Supervisor: dr. Mandlate

Maputo, Novembro de 2006.

U.E.M. - FL.C.S.	
R. E.	31939
DATA	18.12.06
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	HT-209

O Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

*Guilherme*

*David Hedges*

*Diana*

*15,12,2006*

### Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui, o resultado da minha investigação pessoal

### Dedicatória

Aos meus pais, e irmãos, pela surpreendente e extraordinária lição de que para vencer na vida, servirão de instrumentos; o espírito de compreensão, de colaboração, e de amizade; a grandeza nos afectos; a palavra amiga; a gratidão; a paciência; a infatigabilidade e dedicação ao trabalho; o respeito a si mesmo e às pessoas; sobretudo a confiança aos valores e princípios morais.

## Agradecimentos

Agradeço aos meus professores, Doutor David Hedges, dr. Manuel Manso, Dr.<sup>a</sup> Solange Macamo, Dr.<sup>a</sup> Benigna Zimba, Dr. Gerald Liesingang, Dr. João Moreno, Dr. Joel das Neves Tembe, dr. Varela, e tantos outros, pela enorme confiança que em mim depositaram e pelo grande prestígio e auxílio, assim como a competência técnica.

Aos meus colegas, pela contribuição prestada, ao longo desse magistério e nas actividades da Faculdade.

Aos meus amigos, que com lealdade, me acompanharam e apoiaram nesta difícil escalada à conquista do ideal e finalmente a Deus pela imensa força que me dá pela paz de espírito, pela serenidade.

## Lista de Siglas

- AGRICOM- Empresa Moçambicana ligada a comercialização agrícola.
- APBESPM- Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius.
- BM- Banco Mundial.
- FARE- Fundo de Apoio a Reabilitação Económica.
- FMI- Fundo Monetário Internacional.
- JFS- João Ferreira dos Santos.
- MADER- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- MPF- Ministério de Plano e Finanças.
- NET- Núcleo de Estudos de Terras.
- NIMOZFARM- Associação dos agricultores moçambicanos e sul africanos.
- PDDM- Perfil de Desenvolvimento Distrital de Majune.
- PDDS- Perfil de Desenvolvimento Distrital de Sanga.
- SACADA- Câmara Sul Africana para o desenvolvimento da Agricultura em África.
- SDM- Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius.
- SPGCN- Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa.
- STS- Stancon Tabacos e Serviços.
- USD- Dólares Americanos.

**Resumo:**

Como fruto de boas relações entre os governos de Moçambique e da África do Sul, em 1996 assinou-se em Maputo um acordo que se chamou Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius, onde a parte Sul Africana manifestava interesse em investir em Moçambique, no domínio de agricultura e turismo.

Dai que se criou a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius uma empresa que interpretaria todos os instrumentos do acordo assinado entre os governos, de Moçambique e da África do Sul.

Numa primeira fase de emergência e desenvolvimento, o Programa Mosagrius criou expectativas enormes na comunidade local, assim como ao nível dos dois governos e do empresariado local e estrangeiro. De salientar que fez investimentos nas áreas sociais e económicas e contribuiu na introdução de novas culturas para a província e criou espaço para a participação de farmers tanto moçambicanos e Sul Africanos na gestão do Programa.

Em segundo plano o Programa mergulhou-se numa encruzilhada delicada: A crise financeira juntou-se à má gestão de fundos e fez com que o consórcio do Estado Moçambicano, a SACADA, abandonasse o Programa. Para além de problemas adicionais, a situação das infra-estruturas, fraca rede comercial na região, sobretudo da província de Niassa, a debilidade da rede rodoviária e ferroviária. Tudo isso teve reflexos na qualidade de vida das populações elevando assim a pobreza, abandono marginalização e conseqüente desemprego, e desintegração da Sociedade do Desenvolvimento Mosagrius.

## Sumário

Declaração.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Lista de Siglas.....	IV
Resumo.....	V
Capítulo I: Introdução:.....	1
Capitulo II: Localização Geográfica da Província de Lichinga e breve características dos distritos (Majune e Sanga).....	6
Capitulo III: A Criação do Programa Mosagrius e da Sociedade de Desenvolvimento	
Mosagrius-1996/1999.....	9
1. Surgimento do Programa Mosagrius-1996.....	9
2. O inicio das actividades do Programa Mosagrius-1997.....	12
3. O recrutamento de trabalhadores no âmbito do Programa Mosagrius.....	15
4. As principais culturas agrícolas.....	17
Capitulo IV: A crise do Programa Mosagrius e da Sociedade de Desenvolvimento	
Mosagrius-1999/2004.....	19
1. O Problema Financeiro.....	19
2. A questão institucional e a inexperiência dos farmers.....	21
3. A problemática das infra estruturas.....	22
4. O Surgimento da Stancon em 1999.....	24
5. Consequências sócio económicas do Programa Mosagrius.....	26
Capitulo V: Conclusão:.....	29
Fontes Consultadas:.....	31
Anexos.....	35
Cronologia.....	35
Mapa.....	37
Questionário.....	38

## Capítulo I: Introdução:

O trabalho que nos propomos abordar tem como tema A Crise do Programa Mosagrius na Província de Niassa e suas consequências sócio-económicas, 1996-2004. Como pergunta de partida do trabalho temos: Que factores terão contribuído para a Crise do Programa Mosagrius e aponte as suas consequências sócio- económicas.

Ao fazer a abordagem da crise e o seu impacto, deliberadamente analisaremos as questões que julgamos serem de grande importância no sentido de ter uma visão geral, tendo em conta os objectivos delineados.

No objectivo geral, o problema é compreender os factores que terão contribuído para a crise do Programa Mosagrius na Província de Niassa.

Nos objectivos específicos, trataremos de explicar as premissas que presidiram a escolha da Província de Niassa para o lançamento do Programa; verificar as potencialidades do sector agrícola e a introdução de novas culturas; identificar os problemas adjacentes que terão levado a crise da Sociedade e o seu impacto sócio económico.

A estrutura cronológica deste trabalho usaremos os anos de 1996 a 2004.

O ano de 1996- surge como marco inicial sendo como ano da Assinatura do Acordo entre o Governo Moçambicano e a Câmara Sul Africana para o Desenvolvimento da Agricultura em África para investir em áreas como Agricultura e Ecoturismo, afim de dotar Moçambique como um “corredor de alimentos”.

O ano de 2004- usamos como marco final, ou seja altura em que o Programa começou a entrar em crise tanto financeira como institucional.

Para o tratamento do problema colocado nos apoiaremos da seguinte hipótese:

A crise do programa Mosagrius deveu-se a erros de gestão financeira, e conseqüente abandono de um dos accionistas, a SACADA, bem como a falta de estudo de viabilidade erros estratégicos e situação das infra-estruturas.

O programa Mosagrius resultou da vontade de cooperação entre os governos de Moçambique e da África do Sul, e de um processo de negociação (a nível técnico, político), entre os dois países que em 1996 data da sua Implementação e posteriormente conduziu à afirmação do “Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius”. Neste acordo concluiu-se que alguns farmeiros Sul Africanos

viriam a Moçambique para desenvolver uma agricultura comercial e introduzir novas tecnologias, onde por sua vez os Moçambicanos "beberiam" da mesma experiência dos Sul Africanos. Para o lançamento desta iniciativa Niassa foi escolhida como Província piloto; mas efectivamente nos distritos de Sanga, Majunê, e Lago, que mais tarde este Projecto Mosagrius se estenderia para outras regiões de território nacional ainda por designar.

Sabe-se que esta província é a mais pobre do país, com menor densidade populacional do país e uma rede fraca de infra estruturas onde importa destacar a situação das vias de acesso, fraca cobertura da rede comercial rural, o nível baixo tecnológico da produção entre outros.

Apesar destes constrangimentos a implementação efectiva do Programa foi em 1997 com a chegada dos primeiros farmeiros Sul Africanos seleccionados pela SACADA.

O Mosagrius foi uma oportunidade de desenvolvimento económico e social da Província de Niassa. Para a concretização deste projecto os accionistas principais foram o Estado Moçambicano e a SACADA, com 50% das acções cada, com um capital social de 1.000.000. USD (um milhão de dólares norte americanos), dos quais 10% foram usados. Mas devido ao abandono da SACADA, assim como outros problemas inerentes a sua natureza como a situação financeira, a fraca rede de transportes, vias de acesso degradantes a Sociedade começou a experimentar problemas quer estratégicos, falta de estudo de viabilidade. Se procurarmos avaliar o seu impacto é bem verdade que foi tão "devastador" tanto para as comunidades locais que viam no Programa como saída possível de resolução de seus problemas familiares e de rendimento, assim como, comprometeu o desenvolvimento da província em especial os distritos onde este foi implementado.

Como justificativa ou motivação a ideia de escrever o presente trabalho surgiu pelo facto de não haver abordagens deste tema na óptica da crise, que pudesse ajudar os estudiosos, pesquisadores a compreender as causas verdadeiras e convenientemente o seu impacto sócio-económico.

E achamos que seria oportuno colmatar esta falha, pensando no trabalho e ancorando na realidade moçambicana, acima de tudo que procurasse este trabalho dar respostas às questões que são colocadas.

As causas da crise do Programa Mosagrius e o seu impacto na Província de Niassa são o resultado desta investigação. Com este trabalho pretendemos enriquecer singularmente a forma como equacionamos e perspectivamos as questões abordadas.

Estes pilares de investigação tanto, a crise e o seu impacto, são factores críticos do sucesso desta investigação.

A necessidade de conhecer Moçambique e a diversidade cultural económica é um contributo forte para estudo, sabendo que são estudos escassos sobre esta Província.

O presente trabalho baseia-se na combinação de duas técnicas como sendo a análise de documentos, revisão bibliográfica.

A documentação analisada é constituída por materiais escritos não publicados, artigos da imprensa, comentários, entrevistas que foram feitas a pessoas pertencentes ao Programa, bem como, em matéria do género. Pensámos que estas entrevistas proporcionar-nos-ão uma visão geral, sobretudo do problema em estudo, uma vez que, as obras são escassas.

Também trabalharemos com obras existentes na NET (Núcleo de Estudos de Terra de Universidade Eduardo Mondlane), e no Ministério da Agricultura.

A revisão bibliográfica foi feita com base em obras, artigos, comentários que versam sobre sua a concepção, a crise do programa no geral, por forma a dar um suporte teórico e permitir a operacionalização dos factos enquadrados do tema em estudo. Embora a literatura seja, na sua maioria escassa e evidentemente com certas limitações, fornece informações relevantes para o nosso estudo. Particularmente Chössudovsk<sup>1</sup> no seu artigo "El Apartheid se translada al Africa Subsahariana" argumentou que a agricultura Sul Africana pretende criar um "Corredor de Alimentos" atravessando o sul do continente.

Ao longo do seu artigo este apelidou como Segunda Grande Marcha de Sul Africanos Boers que contam com apoio de organismos multilaterais de crédito como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Baseando-se em fontes orais, que também são relevantes os outros autores defendem a ideia que a presença dos Sul Africanos em Niassa sobretudo em Sanga, Majune e Lago deve-se em parte, por estes

---

<sup>1</sup> [http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247) (data de acesso 11.1106)

distritos terem óptimas condições climatéricas, bons solos, e uma potencialidade agrícola enorme<sup>2</sup>.

Samuel Chissico<sup>3</sup> diz que o processo de candidatura dos farmeiros para participação no Programa Mosagrius exigia-se que este fosse residente em Niassa, comprovada experiência na área agrícola, para o caso moçambicano e para o lado Sul Africano cabia a SACADA.

Carla Braga<sup>4</sup>, na sua tese a sua perspectiva de análise está virada fundamentalmente no estudo que fez na Comunidade Issa Malanga no Niassa, no tocante a uso e posse de terra, entre os nativos e os farmeiros e por outro lado, relatou dos benefícios que este Programa trouxe para as populações, como é o caso da melhoria de vida e de bem estar e faz uma crítica à violência manifestada pelos Sul Africanos integrados no Programa Mosagrius aos trabalhadores que exigiam os seus ordenados em atraso.

Sotomane, apontou dois problemas fundamentais, do ponto de vista institucional que concorreram para a crise do Programa, por outro lado, defendeu que a SDM, ficou fragilizada pela saída da SACADA, a falta de linhas de coordenação e articulação entre a SDM e outros actores interessados na implementação do Programa.

*Notícias*<sup>5</sup> relatou que grupo de farmeiros sul africanos e moçambicanos não pagavam os salários a seus trabalhadores, o que contribuiu para a redução das áreas de cultivo. Não só a crise financeira mas também a questão de estradas precárias, falta de pesticidas e tractores, o que comprometeram a Campanha 98/99 do Programa.

Este trabalho é composto por cinco (5) partes. Na introdução, é apresentado, os objectivos, metodologia, motivação, balizas cronológicas, o objecto, hipótese, o problema e revisão da bibliografia.

O segundo capítulo procede a análise da localização geográfica da área em estudo, limites, a escolha da Província de Niassa, bem como o perfil dos distritos onde o programa se implementou.

---

<sup>2</sup> Entrevista pessoal com Abel Lucas. 14.01.06.

<sup>3</sup> Entrevista decorrida no dia 15.11.2005.

<sup>4</sup> Género, Parentesco, matrilinear, poder e política de terras: Um estudo de caso de Issa Malanga, Província de Niassa. 2001. Tese de Licenciatura

<sup>5</sup> Artigo datado 01.06.1998

O terceiro capítulo apresenta os antecedentes e um quadro vasto e detalhado da evolução do Programa Mosagrius, o contexto em que foi concebido, onde citamos a análise geral do desempenho da Mosagrius e sua dinâmica.

O quarto capítulo analisa as causas que levaram o Programa Mosagrius à crise, os obstáculos principais inerentes a sua natureza.

O quinto capítulo apresenta a conclusão da investigação e as referências bibliográficas.

Em anexo temos a questionário, a cronologia e os mapas.

## Capítulo II: Localização Geográfica da Província de Lichinga e breve características dos distritos (Majune e Sanga)

Neste capítulo, procederemos o estudo acerca da localização geográfica da Província de Niassa e seus limites, bem como analisaremos as razões da escolha dos distritos de Sanga, Majune, em particular, e em geral, a Província de Niassa como local do lançamento do Programa Mosagrius (*vide o mapa*).

A província do Niassa fica situada no extremo noroeste de Moçambique, com uma área de 129.056 Km<sup>2</sup>, com cerca de ¼ da área total do País, incluindo águas do Lago Niassa. A superfície do Lago Niassa, que compreende o território nacional é de 6880 Km<sup>2</sup><sup>6</sup>.

A área da Província do Niassa compreende duas zonas altimétricas nomeadamente, planaltos na região central, norte e sul, e montanhas, no extremo centro-oeste da província, que inclui as montanhas que ladeiam o Lago Niassa<sup>7</sup>.

A Província do Niassa é limitada a norte, pelo Rio Rovuma, que a separa da República Unida da Tanzânia, a sul, pelas Províncias de Nampula e da Zambézia, a este, pela Província de Cabo Delgado, e a oeste, pelo Lago Niassa que a separa da República do Malawi, e uma pequena extensão de fronteira terrestre, no extremo sudoeste da Província.

No tocante a divisão administrativa, a Província do Niassa, tem a sua sede na Cidade de Lichinga. Esta Província está dividida em dezasseis (16) distritos, incluindo a Cidade de Lichinga, nomeadamente: distrito de Lago, Sanga, Mavago e Mecula, a norte, Lichinga, Cidade de Lichinga, Muembe, Majune, Ngaúma e Marrupa, ao centro, Mandimba, Cuamba, Metarica, Mecanhelas, Maúa e Nipepe, a sul<sup>8</sup>.

Diferentemente de outros distritos foi relevante fazer um estudo sobre os distritos de Sanga e Majune respectivamente, pois foram nestes onde se reflectiram o desenvolvimento e efeitos do Programa Mosagrius.

O distrito de Sanga é constituído por quatro postos administrativos Lussimbese, Macaloge, Matchedje e Unango, a sede do distrito com sete localidades.

A agricultura é a actividade dominante do distrito e envolve a maioria dos agregados familiares locais. A área cultivada pelo sector familiar é de 11.906 hectares, o que

<sup>6</sup> SPGCN- Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa. 2001. Niassa

<sup>7</sup> SPGCN- Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa. 2001. Niassa

<sup>8</sup> SPGCN- Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa. 2001. Niassa

representa 0.9% da superfície total do distrito. Este valor representa a percentagem de ocupação muito baixa, quando comparado com outros distritos do País. As culturas principais são a mandioca, feijão, caju, amendoim, milho que representa cerca 98% da produção total. Estas culturas são alimentos básicos mas também servem de comercialização. No sector comercial, embora o distrito tenha ligações com alguns mercados da região, os produtos são transaccionados nos mercados das aldeias, da sede, e outros informais.

Apesar de tudo, Sanga tem condições próprias para a produção agrícola, sendo excedentário na produção das culturas alimentares básicos<sup>9</sup>.

Quanto ao distrito de Majune consiste em três postos administrativos, Manaquia, Nairrubi e Macaloga a sede do distrito com quatro localidades. A actividade principal é a agricultura e as culturas básicas do distrito é o milho, feijão, mapira, amendoim, o arroz e a batata doce. A produção de culturas depende principalmente da mão-de-obra sazonal.

No sector comercial o distrito não é fortemente integrado em nenhuma rede de mercado, como resultado a actividade comercial é bastante limitado. As transacções comerciais destinam-se a mercados locais. Majune é o distrito com condições adequadas a boa produção agrícola<sup>10</sup>. Contudo a SACADA projectou em investir em Moçambique, Zaire, Zâmbia e Angola, identificando Moçambique como "caso modelo".

A escolha da Província de Niassa para o lançamento do programa agrícola assim como ecoturismo, deveu-se pelo facto de ser considerada como modelo de desenvolvimento sócio- económico, tendo como objectivo principal catalisar esforços de investimento que contribuíssem para um rápido desenvolvimento da Província.

Foi assim definido na estratégia de desenvolvimento nacional, a prioridade da localização de grandes empreendimentos económicos, como projecto agrícola de 400 mil hectares que abrangia as Província de Niassa e Cabo Delgado, o Projecto Agrícola Unango e Matama, orientados para a promoção do desenvolvimento da agro- industrial.

---

<sup>9</sup> PDDS- Perfil de Desenvolvimento Distrital de Sanga 1997.

<sup>10</sup> PDDM- Perfil de Desenvolvimento Distrital de Majune-1997.

Para Jacinto Monteiro:

Mosagrius foi uma boa concepção, porque olhava para o ponto de vista de desenvolvimento do Niassa, nisto achava-se na altura que Niassa era Província isolada, sem projectos de impacto e de grande porte, que pudesse, relançar a agricultura, como nos anos ido de empresas estatais para que as populações pudessem beneficiar e implementar as experiências e trocas de tecnologias<sup>11</sup>.

A Província de Niassa possui excelentes condições naturais como terras férteis, abundância de água, extensas áreas de cultivo, potencialidades agrárias<sup>12</sup>, e, tem até ao momento um dos índices mais baixos do País, para certos produtos agrícolas, em consequência da escassez de altos investimentos, os quais seriam condicionados por uma melhor infra-estrutura, sobretudo de transporte e energia. Assim o sector económico está limitado ao sector agrícola familiar com a produção de cereais<sup>13</sup>.

Por outro lado, é caracterizada por possuir uma maior extensão geográfica, e com menos densidade populacional do País, mas também marcado por uma grande debilidade infraestrutural. Há que registar uma importante mudança estrutural no desenvolvimento, após início do ciclo de paz e reconciliação nacional, que permitiu que o sector agrícola assumisse um elevado grau de autonomia interna no abastecimento, tornando possível, inclusivamente, a produção e colocação de excedentes no mercado.

Em suma, o Programa Mosagrius seria uma oportunidade de desenvolvimento da Província e traria um grande impacto sócio-económico segundo os objectivos traçados por este ou seja, o Programa Mosagrius, iria responder as expectativas criadas pelo governo desenvolver Niassa, captando investimentos nas áreas sócio- económicas.

---

<sup>11</sup> Entrevista pessoal com Jacinto Monteiro, 16.01.06.

<sup>12</sup> Entrevista pessoal com Abel Lucas, 14.01.06.

<sup>13</sup> SPGCN- Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa. 2001. Niassa

### Capítulo III: A Criação do Programa Mosagrius e da Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius-1996/1999.

Neste capítulo abordaremos acontecimentos que contribuíram para a vida dos Sul Africanos a Moçambique onde destacaremos os pontos de vista de alguns autores. De facto este ritmo de acontecimentos verificados na África do Sul não podia de deixar uma influência considerável na vida dos farmeiros brancos. Por outro lado, trataremos aproximação dos chefes dos estados na Conferencia do Corredor em Maio de 1996 entre os governos de Moçambique e da África do Sul. Esta conferência foi resultado dos acontecimentos verificados no País vizinho. O capítulo pretende tratar a evolução do Programa Mosagrius, e as suas diversas dinâmicas.

#### 1. Surgimento do Programa Mosagrius-1996

Segundo o autor do artigo diz que a medida que o Apartheid se vai eclipsando, os vestígios deste regime de segregação racial trata de se estabelecer em países vizinhos. A ideia defendida é de que a agro-industrial Afrikaaner pretende criar um “Corredor de Alimentos” de plantações de terras brancas atravessando a parte sul do continente. Este plano o autor chamou de Segunda Grande Marcha dos Bóeres que contou com apoio dos organismos multilaterais de crédito, onde seguramente mudaria a paisagem rural na África Subsahariana<sup>14</sup>. Sobre a expansão dos Bóeres no sul de África há ideias diferentes quanto a sua presença nos países onde este empreendimento faria parte.

Para Chossudovsky (1996) a presença dos farmeiros bóeres era de criação de um “Corredor de Alimentos”, onde desprezaria o sistema agrícola preexistente. Na prática os bóeres se apropriariam da terra, infra-estruturas económicas e social do País, que contribuiria para aumento dos níveis de pobreza no campo. Seguramente assentaria um golpe a agricultura de subsistência assim como a economia de cultivo comerciais dos camponeses, desprezaria os mercados agrícolas locais e agravaria as condições endémicas predominantes na região<sup>15</sup>. O mesmo autor refere ainda no seu artigo que em

<sup>14</sup> [http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247). (data de acesso 11.11.06)

<sup>15</sup> [http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247). (data de acesso 11.11.06)

definitivo o plano “poderia alterar a paisagem rural de África na medida em que provocaria o desalojamento e desprezo dos pequenos agricultores sobre um vasto território. Milhares de terras seriam entregues a agro-industrial Sul Africana, onde os bóeres utilizariam grande parte de mão-de-obra sazonal, em condições praticamente de servidão.

Contudo, pretendia-se criar um “Bloco Económico Regional” entre Transval Oriental, Moçambique e Suazilândia onde a iniciativa é apoiada pela Frente da Liberdade e a Câmara Sul Africana para o Desenvolvimento da Agricultura em África que contribuiu para a criação de um espaço político necessário para a expansão dos interesses comerciais dos Afrikaners nos países vizinhos<sup>16</sup>.

Para o ex. presidente da África do Sul, Nelson Mandela, “o projecto deveria ocorrer tão cedo quanto possível, e a instalação dos agricultores Sul Africanos em Moçambique criaria muitos postos de trabalho, o que contribuiria para a diminuição de fluxo de emigrantes ilegais moçambicanos para África do Sul”<sup>17</sup>. Ainda no mesmo artigo diz que os países africanos em geral vêm com bons olhos o ingresso de investidores Afrikaner e as instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial de Comércio, que exigiram a países endividados que “abrissem suas portas para o capital estrangeiro”.

É neste contexto que a Liberalização do Comércio, os Supervisores e Doadores tendem a apoiar a expansão de interesses comerciais na região da África Austral. A presença da Câmara Sul Africana para o Desenvolvimento da Agricultura em África projectou investir em Moçambique, Zâmbia e Angola, identificando Moçambique como “o Caso Modelo”. É a partir deste pressuposto que são lançadas bases de negociação entre os governos moçambicanos e sul africano.

Dando sequência aos acontecimentos mencionados a 20 de Julho de 1994, os governos de Moçambique e da África do Sul, criaram uma comissão mista permanente de cooperação, da qual surgiu a declaração conjunta de intenções assinada na Cidade de Cabo aos 18 de Fevereiro de 1995, entre os Presidentes de Moçambique e da África do

---

<sup>16</sup> [http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247). (data de acesso 11.11.06)

<sup>17</sup> <http://www.Africa.upenn.edu/newsletter/notmoc70.html>. (data de acesso 11.11.06)

Sul e os presidentes das Associações Agrárias do Estado Livre do Transval, bem como do Acordo Bilateral concluído entre os governos supracitados a 6 de Maio de 1996<sup>18</sup>.

O Jornal *Notícias* reportou que dentro desta comissão procuraram os dois governos debater oportunidades de negócios para desenvolver Moçambique. A conferência de investidores do corredor de desenvolvimento de Maputo teve como objectivo divulgar oportunidades de negócios em Moçambique e na África do Sul. Neste acordo apreciaram os relatórios das onze comissões de trabalho com discursos eufóricos e assinatura de vários documentos. Na mesma ocasião, os presidentes Nelson Mandela e Joaquim Chissano, da África do Sul e Moçambique respectivamente, firmaram um acordo inter-governamental para o desenvolvimento agrícola em Moçambique. Nasceu assim, o "Acordo de Princípio Básico de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius"<sup>19</sup>.

Contudo, o Programa Mosagrius foi um programa multisectorial onde se cruzaram não só uma acção de empreendimento agrícola mas também de sectores como agro-industrial, ecoturismo, silvicultura e acções de desenvolvimento, assim como deu espaço de uma participação democrática de acesso e controle dos recursos económicos, para uma válida solução de problemas de desemprego, terras, num contexto de economia aberta.

Para que isso se materializasse tinha que haver um memorando de entendimento, algo de princípio<sup>20</sup>. Assim, se desenvolveram uma série de instrumentos legais que pudessem acomodar esta iniciativa, que na altura pensava-se que podia desenvolver agricultura comercial, mas também desenvolver economia de Moçambique tomando em conta os conhecimentos dos Sul Africanos. O mecanismo de implementação que partia do Princípio que era preciso estabelecer uma empresa, e que iria agrupar, interpretar os instrumentos existentes, deu origem assim a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius.

A Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, como foi referido atrás surge como um organismo de implementação do Programa Mosagrius, no tocante as normas e princípios que poderiam gerir o projecto. Esta Sociedade foi criada a 6 de Maio de 1997, com sede em Maputo. Para esta Sociedade foi subscrito um Capital Social equivalente a 1.000.000. USD (um milhão de dólares norte americanos), representado por 1,000,000 (um milhão) de acções de 1,00 USD (um dólar) cada.

<sup>18</sup> A.P.B.E.S.P.M- Acordo de Princípio Básico de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius.

<sup>19</sup> Jornal *Notícias* datado 16.05.96.

<sup>20</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane-16.01.06

Como accionistas fundadores, o Estado Moçambicano e a SACADA<sup>21</sup> (Câmara Sul Africana para o desenvolvimento da Agricultura em África), detinham 50% das acções cada. Aquando da realização da escritura pública da Sociedade, estes dois accionistas realizaram o Capital Social em 10%, tendo cada pago 5%, equivalente a 50.000 USD (cinquenta mil dólares norte americanos)<sup>22</sup>.

A Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius tinha como pressupostos coordenar, prestar serviços aos participantes do Programa, cabendo a estes realizar acções produtivas. Também oferecia pagamento aos participantes, aprovisionamento de meios e factores de produção, como alocação de terras, aconselhamento, distribuição de equipamentos para fins agrícolas, processamento e comercialização da produção agrícola, distribuição de insumos agrícolas, assistência no acesso a incentivos fiscais na importação e exportação, outras operações comerciais, assistência na formação de associações de camponeses, sua integração no mercado, geração de emprego, assegurar a transferência de tecnologias entre agricultores moçambicanos e sul africanos, promoção de novas culturas<sup>23</sup>. No âmbito de infra-estruturas turísticas estava prevista a construção de Lodge de cinco (5) estrelas no distrito de Lago.

## **2. O início das actividades do Programa Mosagrius-1997**

O Programa Mosagrius deu início das suas actividades em 1997, e contou com vinte e seis (26) agricultores no total dos quais dez (10) moçambicanos e os restantes dezasseis (16) Sul Africanos<sup>24</sup>, destacados para as regiões potencialmente agrícolas da Província, sobretudo os distritos de Majune, Sanga e Lago<sup>25</sup>. Numa outra vertente, para o desenvolvimento das actividades de pesquisa e formação, o governo moçambicano disponibilizou as infra estruturas para fins agrários e as terras de Matama<sup>26</sup>, que fica 15 km de Lichinga a capital de Niassa. A finalidade destes centros era para treinamentos de agricultores moçambicanos para se tornarem agricultores comerciais. Para a materialização

<sup>21</sup> É uma entidade registada na África do Sul e formada com base nalgumas associações e uniões de agricultores sul-africanos. Também tem como objectivo, seleccionar, recrutar agricultores sul africanos e financiar vários projectos agrários.

<sup>22</sup> Mazula et al 1999:46.

<sup>23</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999. Niassa

<sup>24</sup> Aires Aly, ex governador da Província de Niassa- entrevista no Jornal *Moçambique*- Niassa 2000

<sup>25</sup> Jornal *Notícias* 16.05.96.

<sup>26</sup> O pavilhão construído em Março de 2004, pela SDM/SACADA, foi avaliado em 2.36 biliões de meticais.

deste Programa e como contributo do governo ao Programa Mosagrus alocou um total de 220 mil hectares de terras, sendo 200 mil para fins agrários nos distritos de Sanga (100 mil), e Majune (100 mil), e os restantes 20 mil para o distrito de Lago para fins ecoturísticos (previa-se a construção de um Lodge de 5 estrelas).

Há autores que referem que a área atribuída ao Programa era cerca de 64 mil hectares de terras, onde 25 mil para a comunidade local e os restantes para os farmeiros tanto moçambicanos como sul africanos<sup>27</sup>.

Para se evitar problemas de usurpação de terras ou ocupação ilegal, foram estabelecidas algumas regras como é o caso de 5km de distância ou 20km<sup>28</sup>, em relação as terras das comunidades locais. Apesar destas disparidades no concernente às áreas o certo é que o factor distância foi relevante.

Em 1998, os farmeiros receberam financiamento pontual para desbravar a mata, nas terras indicadas. Para o lado dos Sul Africanos não tiveram problemas, porque grande parte deles trazia todo o equipamento necessário para abertura da mata e relançar a agricultura. Para o lado dos moçambicanos, tiveram enormes problemas, quer dizer, os moçambicanos não tinham preparação adequada, técnicas aliadas a falta de equipamento para destronca das árvores, enquanto que alguns farmeiros Sul Africanos traziam tractores, os moçambicanos dependiam de meios como queimadas, catana, e enxada<sup>29</sup>.

Para o régulo Matucuta, a constatação é a mesma "os farmeiros moçambicanos perguntavam porquê eles não tinham regadores, tractores, motobombas, e tinham que estar perto dos rios para tirar água, também dependiam do governo, enquanto que os Sul Africanos tinham motobombas, carros e tractores"<sup>30</sup>.

Um dos farmeiros moçambicanos, Djaúla diz que "estes farmeiros (Sul Africanos) eram ex militares do regime do Apartheid, reformados, uns já vinham desenvolvendo as suas actividades ao longo tempo na área agrícola e outros eram inexperientes"<sup>31</sup>.

É importante destacar que nem todos os farmeiros Sul Africanos escolhidos pela SACADA tinha conhecimentos da agricultura comercial, ou outras actividades ligadas ao

---

<sup>27</sup> Braga 2001:64

<sup>28</sup> Entrevista pessoal com José Tivane, 12.01.06.

<sup>29</sup> Entrevista pessoal com Virgílio Sabuni, 13.01.06.

<sup>30</sup> Entrevista pessoal com o régulo Matucuta Aiato. 14.01.06

<sup>31</sup> Entrevista pessoal com Barnabé Djaúla. 12.01.06

ramo. Porém vieram para Moçambique tentando a sua sorte na perspectiva de desenvolver as suas actividades afins devido a situação que se vivia na África do Sul.

Na altura da visita de Hélder Muteia à Província de Niassa comentou “os moçambicanos utilizam a força humana para executar as tarefas agrícolas, como sejam a destroncas, lavoura, sementeira, devido a falta de equipamento”<sup>32</sup>.

Apesar da existência do centro de treinamento de Matama, (estabelecido a nível da formação este não teve continuidade de financiamento), e das carências de equipamento e apoio técnico, não significou a ausência de actividades dirigidas por farmeiros.

No tocante aos integrantes no Programa Mosagrius tinham que ser observados certos critérios. Do lado de moçambicanos, coube ao governo provincial de Niassa e do lado Sul Africano coube a SACADA. Para integrar no Programa Mosagrius, era preciso ser natural, e residente de Niassa, idoneidade e experiência na área agrícola também contavam no lote de critérios de selecção<sup>33</sup>. A maior parte dos farmeiros moçambicanos não conheciam agricultura comercial. Eram na sua maioria pequenos produtores familiares, descapitalizados, sem maquinaria sem transporte e financiamento de crédito.

Nos trabalhos e nos processos de produção utilizavam tecnologias rudimentares, tanto nas machambas, como nas pequenas hortas. O machado, a catana e a enxada constituíam os instrumentos principais de trabalho na agricultura.

Enquanto que para o lado Sul Africano, esteve sob responsabilidade da SACADA. É importante referir que a presença Sul Africana em Moçambique deveu-se em parte por estes estarem desiludidos com a nova realidade política do país. Nestes últimos anos da década 90, tem havido índices perturbantes das intenções do Governo Sul Africano a este respeito. O estreitamento do Programa de terras, para reverter a estrutura destorcida, herdada do Apartheid, promoção de uma elite comercial negra, em detrimento da população branca<sup>34</sup>. A atitude de “*laissez-faire*”, face a crescentes reivindicações da Sociedade civil para resolver a crise agrária no país, e a questão da seca.

---

<sup>32</sup> Na altura era Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural. *Notícias* 25.05.98.

<sup>33</sup> Entrevista pessoal com Samuel Chissico, 15.11.05.

<sup>34</sup> [http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247). (data de acesso 11.11.06)

Jen Kelenga, porta voz do Grupo Democrata de Zaire<sup>35</sup>, alertou que “os bóeres estão a busca de novos territórios onde querem aplicar o seu estilo de vida racista, e estão sendo apoiados por uma série de reformas económicas levadas a cabo pelo Fundo Monetário Internacional”.

De facto, o ritmo crescente dos acontecimentos relacionados com a presença dos Sul Africanos em Moçambique, não podia deixar de ter influência considerável na vida económica de Moçambique.

### 3. O recrutamento de trabalhadores no âmbito do Programa Mosagrius

Não obstante o desenvolvimento das actividades suportou a mão-de-obra sazonal. O recrutamento dos trabalhadores para as firmas dos farmeiros era voluntário e dependia do fazendeiro e não do Estado ou da SACADA<sup>36</sup>. Em algumas localidades estes trabalhadores na sua maioria camponeses são os que já tinham suas machambas, estes eram provenientes de vários universos culturais, pessoas modestas, com níveis de escolaridade fraco, recursos económicos escassos e que o programa para eles era uma oportunidade de aumentarem de rendimento familiar. Para estes trabalhadores recrutados o governo Sul Africano disponibilizou cerca de 15 mil Rands para cada fazendeiro como capital inicial para dar arranque às actividades. As principais actividades eram o desbravamento da mata, limpeza do terreno entre outros.

No tocante ao horário do serviço, contactados alguns camponeses disseram-nos que os fazendeiros moçambicanos respeitavam a hora de trabalho segundo a lei vigente de oito horas úteis. Porém para o lado Sul Africano, Vitorino Aito Aly<sup>37</sup>, disse-nos “que os trabalhadores nas firmas dos fazendeiros Sul Africanos entravam por volta das sete horas e saíam por volta das dezassete horas sem descanso”.

Para Marcos Ntapaça<sup>38</sup>, o recrutamento era excessivo sem cuidado das despesas que envolviam, mas as vezes os fazendeiros eram coagidos pelas autoridades governamentais com intuito de “diminuir mão-de-obra desempregada e sua consequente marginalização”.

Em relação a situação salarial, os camponeses auferiam 300 mil meticais ao mês.

<sup>35</sup> <http://www.Africa.upenn.edu/newsletter/notmoc70.html>. (data de acesso 11.11.06)

<sup>36</sup> Entrevista pessoal com Abel Lucas. 14.01.06.

<sup>37</sup> Entrevista pessoal decorrida no dia 14.01.06.

<sup>38</sup> Entrevista pessoal decorrida no dia 11.01.06.

Em alguns casos alguns reclamavam. Esta hipótese é confirmada pelo facto da maioria deles afirmarem que os honorários não compensavam o trabalho realizado<sup>39</sup>.

Sr.<sup>a</sup> Luísa Sufo, fêmeira moçambicana diz que “os trabalhadores recebiam 15 mil meticais diários”.

Por outro lado, as condições de trabalho nestas firmãs eram muito precárias em muitos casos arbitrários, isto quer dizer que não estavam garantidos mecanismos de interacção contínua de forma a prevenirem estas eventuais falhas. Por outras palavras não havia nenhuma inspecção de trabalho, trabalhavam debaixo do sol intenso, sem protecção nas mãos, sem descanso.

Contudo, perante este cenário não se inviabilizou a produção ou as campanhas agrícolas previstas para aquele ano 1997/98, muito pelo contrário foram satisfatórias como salientou um dos fêmeiros Sul Africano, Marthny Willew de Jagger<sup>40</sup> que produziu óleo, galinhas poedeiras, frangos, milho, cebolas e tudo era vendido no mercado local de Lichinga.

Por exemplo no distrito de Sanga, no posto administrativo de Macaloge, a campanha de 1998/99 foi excelente, segunda reportou a administradora do mesmo distrito que “os agricultores sul africanos estão satisfeitos porque tiveram um bom rendimento na cultura de tabaco, do qual venderam aos Malawianos em detrimento de João Ferreira dos Santos, pois que com os Malawianos eles ganharam mais”<sup>41</sup>.

Nos locais onde estes fêmeiros foram atribuídos as terras eram propensas a animais selvagens, procuravam a todo custo estragar as machambas, segundo referiu a fêmeira Sr.<sup>a</sup> Luísa Sufo<sup>42</sup> “a primeira campanha produzimos milho, porque o resto era em fase experimental, e outro facto que não contávamos era a existência de animais na região como elefantes e macacos que estragavam as culturas”.

Contudo este factor não afectou os níveis de produção agrícola da região e dos camponeses assim como dos fêmeiros.

---

<sup>39</sup> Entrevista pessoal com João Aly. 14.01.06.

<sup>40</sup> Entrevista feita pelo Jornal *Amanhecer* 30.07.1999

<sup>41</sup> Entrevista pessoal decorrida. 12.01.06.

<sup>42</sup> Entrevista pessoal decorrida 12.01.06.

#### 4. As principais culturas agrícolas

As culturas agrícolas dividiam-se em alimentares, e as de rendimento. As alimentares eram milho, arroz, feijão, amendoim, mandioca e mexoeira, enquanto que as de rendimento eram algodão, soja e trigo, girassol, paprika, gergelim, piri-piri, e chabalacate em fase experimental, e destes foram experimentados mais de seis (6) qualidades de sementes, onde o resultado foi satisfatório e apontavam-se como cultura do futuro, e tabaco. A tabela abaixo é ilustrativa e mostra as campanhas:

*Resumo das cinco campanhas agrícolas em produções (em toneladas)*

Cultura/ Ano	1999/00	2000/01	%- (00/01)	2001/02	%- (01/02)	2002/03	%- (02/03)	03/04	%02/03
<b>Culturas Alimentares</b>									
Milho	120.090	96.497	-20	105.580	9	107.766	2	119.361	10.8
Mapira	25.335	22.829	-10	25.780	13	26.014	1	27.132	4.3
Mexoeira	1.100	838	-24	1.000	19	972	-3	845	-13.1
Arroz	2.236	2.378	6	3.060	29	3.221	5	3.628	12.6
Feijão	21.191	20.461	-3	25.346	24	24.135	-5	29.041	20.3
Amendoim	1.521	1.849	22	1.273	-31	1.717	35	2.446	42.5
Mandioca	127.009	127.161	0	145.210	14	147.900	2	155.360	5.0
<b>Total</b>	<b>298.482</b>	<b>272.013</b>	<b>-8.9</b>	<b>307.249</b>	<b>13</b>	<b>311.725</b>	<b>1.5</b>	<b>337.813</b>	<b>8.4</b>
<b>Culturas de Rendimento</b>									
Algodão	3.500	4.160	19	3.465	-17	3.465	0	5.000	44.3
Girassol	121	127	5			288		500	73.6
Tabaco	1.575	4.453	183	5.506	24	5.566	1	7.399	32.9
Gergelim	0	0		0		243		1.250	414.4
Paprika	0	0		0		37		1.000	2.602.7
Piri-piri	0	0	0	0	0	0	0	600	
Chabalacata	0	0	0	0	0	0	0	5	
<b>Total</b>	<b>5.196</b>	<b>8.740</b>	<b>68.2</b>	<b>8.971</b>	<b>2.6</b>	<b>9.599</b>	<b>7.0</b>	<b>15.754</b>	<b>64.1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>303.678</b>	<b>280.753</b>		<b>316.220</b>		<b>321.324</b>		<b>353.567</b>	<b>9.5</b>

Fonte: Serviços Provinciais de Agricultura de Niassa:

É de realçar que o girassol, foi um produto importante para o fabrico do óleo, para o consumo e venda no mercado local. Este produto atingiu 73.6% da venda local. O caso de paprika era uma cultura introduzida em 2002, mereceu destaque porque serviu para o

fabricao de temperos, assim como o tabaco. Estas culturas foram introduzidas pelos Sul Africanos, excepto o tabaco que foi graças a empresa Malawiana a Stancon. (vide adiante). Considerando este enorme potencial agrícola, as culturas alimentares e de rendimento, é facto de dizer que quando a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius começa a ressentir-se da crise, estas culturas deixaram de ser do circuito empresarial passando para o domínio do sector familiar em destaque o girassol, porém, em baixa quantidades.

Quanto a questão do mercado é bom recordar que para a actividade de cariz económico é de vital importância a existência de mercado para a colocação de produtos.

O sector agrícola tem assumido um elevado grau de autonomia interna no abastecimento de produtos. Porém, ensaiaram-se dois cenários, um que encarregava ao Programa Mosagrius e o governo moçambicano de drenar todos os produtos dos farmeiros para o mercado e outro que responsabilizava o próprio fremeiro de o fazer.

No caso concreto o Programa Mosagrius, sobretudo a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, previa a integração de farmeiros no mercado através da sua participação na produção de culturas de rendimento. Assim, alguns intervenientes afirmaram que o mercado identificado era a África do Sul para cultura como o paprika (produto usado para o fabrico de temperos), o tabaco e milho para o Malawi<sup>43</sup>, no caso de outras culturas eram vendidos no mercado local.

Para Marcos Ntapaça<sup>44</sup>, fremeiro moçambicano, "para o caso dos farmeiros moçambicanos o governo prometeu que canalizaria todos produtos para a AGRICOM para posterior venda, e para os farmeiros sul africanos estes estavam em vantagem porque tinham contactos com o Malawi e outros lugares".

Segundo Inocência Sotomane:

A Sociedade não tinha objectivo de ditar as regras de como fazer a produção, uma vez que o fremeiro conhecia as culturas de mercado, ou seja a colocação de produtos não dependia da S.D.M, mas do próprio fremeiro, porque este sabia os produtos mais competitivos<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Entrevista pessoal com Virgilio Sabuni. 13.01.06.

<sup>44</sup> Entrevista pessoal decorrida no dia 11.01.06.

<sup>45</sup> Entrevista pessoal decorrida no dia 16.01.06.

Assim grande parte dos produtos como ilustra a tabela nº 1 comercializados pelos farmeiros bem como praticamente a totalidade da produção dos produtos de rendimentos estavam orientados para o mercado de exportação. Para além disso, o campesinato também fornecia os mercados locais com produtos alimentares.

O tabaco é que mereceu grande destaque, este foi vendido ao Malawi com a ajuda da Stancon<sup>46</sup>.

#### **Capítulo IV: A crise do Programa Mosagrius e da Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius-1999/2004**

Neste capítulo focaremos a nossa atenção aos factores que contribuíram para a crise do Programa e da Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, onde destacaremos a origem como sendo os problemas financeiros, institucionais, a situação das infra-estruturas, assim como o aparecimento da Stancon, que surgiu num momento tão conturbado em que a Sociedade passava. De salientar que esta empresa Malawiana não apareceu para substituir a Mosagrius mas esta beneficiou-se dos incentivos que a Mosagrius oferecia aos participantes.

##### **1. O Problema Financeiro**

Depois de diversas actividades desenvolvidas pelo Programa Mosagrius, sobretudo na área de extensão agrícola, este mesmo começa a ressentir-se de alguns problemas que vamos destacar neste capítulo.

Durante a inscrição da S.D.M, o Estado Moçambicano e a SACADA com 50% de acções cada e com um Capital Social de 1.000.000 USDU (um milhão de dólares americanos) dos quais 10% deste capital foram usados.

Volvidos dois anos e meios, 1998, os 10% do Capital Social são os que foram usados. O restante capital não foi subscrito. A Sociedade que iria implementar o Programa tinha na sua conta apenas 100 mil dólares. Para isso, foi difícil conseguir o investimento. Por outro lado, a agricultura comercial implica a abertura de vias de acesso, zonas a

---

<sup>46</sup> Empresa multinacional Malawiana vocacionada no fomento, comercialização e venda de tabaco.

desbravar, aquisição de equipamento agrícola, financiamento de iniciativas comerciais, estudo de viabilidade de mercado, oportunidade de culturas<sup>47</sup>.

Da parte Moçambicana, havia interesse em levar avante este Programa, e daí que o governo moçambicano acabou por realizar os 450 mil dólares na tentativa de pressionar a SACADA a tirar a sua contraparte. Isso não aconteceu<sup>48</sup>.

O governo moçambicano usou este Capital alegando que seria um bem patrimonial, embora tenha trazido efeitos positivos na operacionalidade da Sociedade e na prestação de serviços em benefício de farmeiros. Assim, não chegou atingir o ponto crítico da sua rentabilidade. Com esta acção dizia-se que iria ser valorizado como bem patrimonial quando fosse buscar investimento. Segundo Inocêncio "daqui começa o fracasso".

Por outras palavras, a não realização na íntegra do Capital e a falta de capacidade de mobilização de financiamento aliados à questões organizativas tiveram reflexos negativos na operacionalidade da Sociedade.

A SACADA em Novembro de 1999, retirou-se unilateralmente do Programa, e entrega 10% realizados a Associação NIMOZIFARM (Sociedade constituída por farmeiros tanto moçambicanos e sul africanos, participantes do Programa). Esta por sua vez recusou. Como a lei moçambicana diz "aquele que compra ou subscreve as acções tem de ficar com 40% do Capital Social"<sup>49</sup>. Então quando a SACADA se retirou, os restantes 40% do Capital passou para o governo moçambicano. O governo refutou a aquisição deste alegando que já tinha realizado a sua parte<sup>50</sup>.

Para Márcó Leñardi Ntapaça, este farmeiro entende que houve dois factores que concorreram para a crise do Programa Mosagrius a destacar: o factor administrativo e político.

Do ponto de vista administrativo "os que conceberam o Programa Mosagrius criaram uma estrutura burocrática muito enorme em Maputo<sup>51</sup>, ondê havia chefes, fiscais que recebiam salários bastante altos, e muito deles nunca tinham conhecido Niassa.

Do ponto de vista político, "os governantes coagiam os participantes do Programa que recrutassem mão-de-obra, o que estes subscreveram porque era a *"palavra de ordem"*, o

<sup>47</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane, 16.01.06.

<sup>48</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane, 16.01.06.

<sup>49</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane, 16.01.06.

<sup>50</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane, 16.01.06.

<sup>51</sup> Os Escritórios da SDM, estavam em Maputo primeiramente, mais tarde foram encerrados em 2001.

que aconteceu é que no fim do mês não havia dinheiro para pagar os trabalhadores contratados”.

Um outro entrevistado diz que:

A crise do Programa deveu-se a má gestão, porque para ser *farmer* ou *agricultor* é preciso ter visão daquilo que vai fazer, quais os meios a adquirir, quanto dinheiro se vai pagar aos trabalhadores. Alguns *farmers* não tinham experiência na gestão, a partir daqui começam a queixar-se que o governo não ajuda e tudo mais<sup>52</sup>.

Neste caso entende-se houve erros estratégicos, que concorreram para a crise do Programa Mosagrius e a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, bem como os accionistas não realizaram integralmente o seu Capital Social subscrito como factor associado a este aspecto não pudera mobilizar fundos para o Programa, embora estivesse patente que o governo deveria prosseguir a formulação e melhoramento de políticas e programas nacionais de investimentos agrário e industrial, identificação de oportunidades de investimento e facilitação da realização de pré-investimentos e estudos de viabilidade<sup>53</sup>.

## **2. A questão institucional e a in experiência dos *farmers***

Do ponto de vista institucional, dois problemas fundamentais se registaram: A S.D.M, como instituição ficou fragilizada com o abandono da SACADA. Com a retirada da SACADA que alegava o excesso da burocracia, o mau piso das estradas, má gestão dos fundos doados, o Estado moçambicano passou a gerir sozinho os recursos existentes e isto trouxe reflexões negativos na operacionalidade da Sociedade e a sua capacidade de prestação de serviços. Importa referir que a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius aloucou a título de empréstimo junto ao Ministério de Plano e Finanças, da FARE, e do governo de Japão tractores, motobombas, geradores, atrelados para os *farmers* desenvolverem suas actividades como forma de dar andamento as actividades traçadas, mas estes equipamentos que vinham em forma de empréstimo que mais tarde tinham que

<sup>52</sup> Entrevista pessoal com Jacinto Monteiro. 16.01.06.

<sup>53</sup> Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa de Desenvolvimento Mosagrius Cláusula 14, alínea a).

ser pagos em prestações, isto quer dizer que os farmeiros obtiveram estes equipamentos a crédito só que não puderam amortizar porque estes dependiam das vendas dos produtos comercializados, e sendo assim o poder de compra não era maior bem como, o prazo fixado era de seis meses. Muitos deles não fizeram<sup>54</sup>. Estas situações contribuíram para a fraca amortização de crédito concedido aos farmeiros pela Sociedade em equipamento agrícola e provocou adiamentos sucessivos de salários dos trabalhadores, assim reduziu progressivamente a capacidade financeira e consequentemente a operacionalidade da Sociedade.

Por outro lado, a Sociedade não foi dotada de fundos para estudos e despesas da instituição e não houve qualquer estudo de viabilidade que tenha antecedido a sua criação e actividade<sup>55</sup>.

Outra falha do Programa deve-se a erros iniciais, uma parte destes farmeiros Sul Africanos não tinham *Know-how* que tanto se esperava que transmitissem a moçambicanos, uns não foram cuidadosa e devidamente seleccionados, e muito menos tinham capacidade financeira. Os Sul Africanos estavam em igual circunstância com alguns moçambicanos que não tinham capital e longa experiência na agricultura comercial<sup>56</sup>. A outra falha deve-se a erro tático, no âmbito do Programa, onde os farmeiros foram entregues um custo inicial de 15 milhões de Randes, para a abrirem a mata, estradas, onde não havia, e isto acarretou custos enormes e este capital não suportou a continuidade. Houve erros táticos, estratégicos e institucionais para a crise<sup>57</sup>.

### 3. A problemática das infra estruturas

Ainda no capítulo da crise outro problema que impediu o desenvolvimento das actividades foi a questão de infra-estruturas básicas como estradas, pontes, caminhos de ferro e transportes.

Como dissemos, a acrescer às dificuldades de cariz macroeconómico, importa destacar, problemas de índole estrutural que se reflectiram de forma intensa, na altura em

<sup>54</sup> Entrevista pessoal com Eugénia Wanga, 11.01.06.

<sup>55</sup> Esta falta de fundos impediu igualmente a conclusão do processo de marcação de terras para o Programa e os farmeiros.

<sup>56</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane. 16.01.06.

<sup>57</sup> Entrevista pessoal com Inocêncio Sotomane. 16.01.06.

que o Programa Mosagrius foi concebido que é a situação das vias de acesso. Bem se sabe que o escoamento dos produtos, o fluxo de mercadorias, pessoas e outros bens dependem das estradas, pontes, linha férrea, que tornam progressivamente e impulsionam o desenvolvimento dos transportes. O estado das estradas, assim como, caminhos de ferro, impediu a comercialização dos produtos. A situação das vias de acesso não garantia circulação normal das viaturas, e por exemplo as campanhas de 97/98<sup>58</sup> ficaram comprometidas. O que aconteceu é que aqueles farmeiros que estavam a 5 ou a 20km da estrada para o interior tinham que abrir estradas com seus próprios recursos, isto acarretou outros custos. Dados apontam que as estradas da Província de Niassa contam com 54% das estradas más, 15% intransitáveis e 33% em bom aspecto e somente 12% razoável, as restantes são de terra batida<sup>59</sup>.

O factor transporte fez parte deste leque de problema para comercialização agrícola devido aos elevados custos, associado o factor guerra que se fez sentir em Moçambique, onde a maior parte das infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias foram destruídas<sup>60</sup>.

Mesmo que dizer da inexistência de uma rede de oferta de produtos bancários, com destaque os que visam intervenções em pequena escala, que apoie e suporte comercialmente saltos tecnológicos ao nível da agricultura contribuiu imenso.

Face a este quadro, foram estabelecidos contactos entre o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), e Ministério do Plano e Finanças (MPF), entendimento com vista a regularização dos problemas que se vivia no Programa Mosagrius. Assim, foram alocados pelo MPF 3.72 Bilhões de Meticais, que compreendeu:

-O pagamento dos salários em atraso aos trabalhadores dos farmeiros moçambicanos, a regularização dos salários dos trabalhadores e dos honorários dos membros dos corpos sociais, liquidação das dívidas com os credores, com excepção do Tesouro/MPF<sup>61</sup> e do FARE<sup>62</sup>, e custeamento das despesas de financiamento da Sociedade.

<sup>58</sup> Jan Perlser, agricultor sul africano. *Notícias*.01.06.98.

<sup>59</sup> Anuário Estatístico: 2001:42.

<sup>60</sup> Nota do Ministério da Indústria e Comércio.2004.

<sup>61</sup> Dívida no valor de 3.4 biliões, contraída com aquisição a crédito de equipamento agrícola do Programa conjunto Moçambique – Japão, KRII alocados aos farmeiros.

<sup>62</sup> Dívida referente a fundos para aquisição de equipamento e financiamento da comercialização agrícola, de que se beneficiou os farmeiros

#### 4. O Surgimento da Stancon em 1999

Um dos principais pressupostos do Programa era de "*abrir portas*" a outros participantes interessados em investir em Niassa desde que obedecessem todos os requisitos do Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius. Neste caso o sócio que integrasse tinha como garantia incentivo fiscal, redução da carga aduaneira, entre outras. Assim em Abril de 1999, a Stancon Tobacco Company<sup>63</sup> e a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, assinaram acordo para o fomento de cultura de tabaco.

Esta multinacional apareceu numa altura de grande tensão na Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius e não veio substituir a SACADA em virtude do seu abandono como se pensava. Na altura, existiam companhias que operavam em Niassa no fomento da cultura de tabaco como é o caso de João Ferreira dos Santo (JFS), em pequena escala, porém, esta não cobria toda a Província.

Se atentarmos na Política Agrária tem como objectivo principal a curto e a médio prazo a recuperação da produção nacional e conseqüente contributo para a melhoria da balança de pagamento. A cultura de tabaco merece uma contribuição primordial na medida em que contribui para o aumento da renda dos camponeses, a sua maior integração no mercado bem como a viabilização ao sector privado<sup>64</sup>. Então a Mosagrius propôs a participantes do Programa a se dedicarem na cultura de tabaco como produto de rendimento e que tinha que se fazer sob regime de contrato. Neste caso a Stancon entregava insumos agrícolas, pesticidas, dava assistência técnica e aconselhamento aos produtores (actividades que eram conduzidas pela S.D.M), nesta cultura havia supervisores, técnicos, alfaias, tractores e o transporte dependia da empresa<sup>65</sup>. Porém, o plantio do tabaco era árduo e exigia experiência a adoptar<sup>66</sup>.

Contudo, surgiram perspectivas diferentes, no seio dos farmeiros onde uns exaltavam o trabalho da Stancon, assim como as vantagens que esta multinacional Malawiana oferecia na produção, outros censuravam a atitude da empresa e dos dirigentes no tocante a classificação, e a colocação do preço.

<sup>63</sup> Multinacional especializada no fomento, produção, comercialização e processamento primário do Tabaco com escritórios regionais e infra-estruturas estabelecidos no Malawi.

<sup>64</sup> Regulamento sobre o fomento, produção e comercialização do Tabaco. Diploma Ministerial nº 176/2001 de 28 de Novembro.

<sup>65</sup> Entrevista pessoal com régulo Matucuta Aiato. 14.01.06.

<sup>66</sup> Entrevista pessoal com Jacinto Monteiro. 16.01.06.

Stancon era uma empresa organizada, porque emprestavam adubos, pesticidas, enxadas, e no fim da colheita os camponeses davam o produto a empresa e recebiam os seus descontos necessários e eles são os que colocavam o preço. A maioria destes camponeses foram aqueles que faziam parte do Programa Mosagrius.<sup>67</sup>

A Stancon decidia o preço da venda e aquilo não nos beneficiava em nada. Diziam que havia cinco (5) classificações de tabaco como sendo da primeira, segunda, e até da quinta. Entretanto, era difícil distinguir se este é ou da primeira ou segunda ou quinta. Tudo era com eles. Aqui tivemos queda económica e alguns abandonaram gradualmente a cultura.<sup>68</sup>

Quando chegava a vez de comercialização, a classificação real para nós, para eles era distorcida. Porque abastasse alguém obter 500 kg de tabaco da primeira, eles infelizmente colocavam como de segunda para dar a preço baixo. Mas aqui na Stancon havia má fé. Eles embalavam para Malawi como tabaco de primeira.<sup>69</sup>

É de salientar que o mercado do tabaco era o Malawi.

Era normal ver ao longo da estrada que liga Majune a Marrupa famílias a se dedicarem a cultura de tabaco. Ao lado da cultura de tabaco estava o milho, ou mexoeira, ou amendoim. Pelos testemunhos colhidos os camponeses diziam “que uma cultura (tabaco) era de rendimento para vender a empresa, a outra (milho, mexoeira, etc.) de consumo familiar”. A partir da Campanha agrícola de 2002/3, a Stancon, através da sua empresa subsidiária Stancon Tabacos e Serviços (Moçambique) Lda. STS passou a realizar directamente as operações e apoiou as associações de produtores. Com a transferência das suas operações à Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, da cultura de tabaco a favor da STS<sup>70</sup>, ocorrida no segundo trimestre de 2002, a SDM deixou de ter qualquer vínculo com a Stancon em virtude da crise que abalava.

<sup>67</sup> Entrevista pessoal com Marcos Ntapaça 11.06.06

<sup>68</sup> Entrevista pessoal com Abel Lucas, 14.01.06.

<sup>69</sup> Entrevista pessoal com Marcos Ntapaça. 11.01.06.

<sup>70</sup> Neste contexto tiveram lugar as seguintes acções: Desvinculação e indemnização do pessoal administrativo e técnico da SDM, seu recrutamento pela STS; transferência da autorização de fomento de tabaco, da SDM para STS; passagem pela SDM para Stancon do sistema de organização instalado para o fomento de tabaco, compreendendo, entre outros um total de 54 associações de camponeses que na altura já tinham sido estabelecidos para o fomento de tabaco nos distritos de Lichinga, Sanga, Majune, Mavago e Mueembe.

Em resumo deste capítulo, pode-se dizer que como resultado de boas relações entre Moçambique e a África do Sul, e não obstante este facto, inicialmente o Programa trouxe algumas vantagens ao nível da população local, diminuição da mão-de-obra desempregada, assistência aos camponeses, onde alguns podiam comprar vestuário, bicicleta, material escolar para os filhos<sup>71</sup>, introduziu novas culturas como o paprika, e pode-se dizer que a extensão deste Programa inverteu temporariamente a situação da Província, tornando um potencial económico.

A referida crise atingiu o seu pico nos finais de 2003 e princípios de 2004, altura em alguns farmeiros tinham poucos meios, sem capital para trabalhar e endividados.

### 5. Consequências sócio económicas do Programa Mosagrius

Após feita análise da situação e dos problemas que afectou o Programa Mosagrius e apresentamos um sumário do seu impacto sócio-económico. No entanto é difícil quantificar as suas consequências sócio económicas o que procuraremos trazer a luz algumas dessas.

Do ponto de vista social este Programa trouxe benefícios para a comunidade onde este esteve a exercer as suas actividades, isto quer dizer, que as populações que viviam nas zonas próximas assim como longínquas das "farmas" passaram a ter emprego. Com isso podiam ter dinheiro para comprar vários produtos como a bicicleta para se locomover, roupa para vestir<sup>72</sup>, e construir casas e outras infra-estruturas necessárias ao seu uso.

Por outro lado, a renda familiar aumentou, embora pouco mas sustentável até certo ponto. As crianças destes camponeses já podiam comprar os materiais escolares.

Noutra vertente, a Mosagrius tinha feito acordo com a Stancon para o processamento, fomento, e cultivo do tabaco, alguns camponeses passaram a admitir duas culturas nas suas machambas, uma como alimentar outra como de rendimento, o tabaco, que podiam vender uma parte a empresa que fornecia insumos, pesticidas e outros instrumentos. Estes saíam a ganhar com isso, porque como eram pequenos agricultores vendiam no mercado local, ou trocavam com outros produtos que não tivessem. Os produtos que a Stancon

---

<sup>71</sup> Braga. 2001.251:252

<sup>72</sup> Domingo.12.02.2000.

fornecia eram a título de empréstimo, e que no final da campanha este agricultor devolvia uma parte dos mesmos.

Segundo testemunhos contactados disseram que com este Programa as populações de Niassa evitavam a todo custo a emigração, isto quer dizer, que a emigração diminuiu drasticamente para os países vizinhos (Tanzânia e Malawi).

Em termos de tecnologias as populações assim como os camponeses até mesmo farmeiros passaram a conhecer novas tecnologias de cultivo, como selecção de sementes, lavoura, e sacha.

Quanto ao impacto institucional com a saída da SACADA, o Estado moçambicano passou a gerir sozinho o empreendimento, o que acarretou custos enormes. Com a Mosagrius em crise, o Estado moçambicano sentiu-se obrigado a diminuir o seu pessoal técnico, administrativo nos seus diversos cargos. Consequentemente, houve endividamento dos farmeiros tanto moçambicanos assim como sul africanos e foi motivo de motim por parte dos trabalhadores destes. Muitos farmeiros que tinham adquirido tractores, alfaias, motobombas e outros equipamentos a título de empréstimo continuaram endividados. Nota-se que alguns deles ainda não amortizaram as suas dívidas com o Programa Mosagrius. Os bens destes foram confiscados (tractores, motobombas, alfaias etc.). Assim no tocante as áreas de cultivo houve abandono, tornando desertas ou seja reduzidas o seu diâmetro de cultivo.

Os trabalhadores destes farmeiros, ficaram igualmente no desemprego, e com salários atrasados, o que levou a que estes fizessem uma manifestação à Direcção Provincial do Trabalho exigindo os seus ordenados que logo foi pago.

Para alguns camponeses que faziam empréstimos em cantinas locais ficaram endividados o que custou bastante a liquidação das suas dívidas aos comerciantes que forneciam produtos.

Apesar da crise a Mosagrius ofereceu benefícios fiscais a todos aqueles que integrassem no Programa para serviços afins. É caso concreto da Stancon Tobacco Mozambique que tem beneficiado imenso. De recordar que alguns trabalhadores que estavam integrados no Programa Mosagrius foram se candidatar na Stancon.

Os farmeiros Sul Africanos muitos deles saíram da Província procurando espaço noutras parte do País como é o caso da Província de Manica onde se encontram alguns

farmeiros Zimbabweanos. Alguns destes farmeiros sul africanos ficaram endividados com a banca do seu País.

Para a Província houve redução de farmeiros onde perfaziam vinte seis (26) ficaram apenas quatro (4), onde estão a desenvolver as suas actividades. Dos farmeiros moçambicanos apenas um (1) tem exercido as suas actividades agrícolas onde abastece as instituições do Estado e o mercado local em horto frutícolas (couve, batata, feijão alface, tomate) e até animais de pequena espécie. Para sua a economia reduziu drasticamente os empreendimentos externos e houve, a perda de nível de confiança dos investidores estrangeiros. A Província de Niassa deixou de ser a "*Terra Prometida*" dos bóeres que queriam constituí-la como "Corredor de Alimentos".

Jacinto Monteiro diz que "com a saída de um farmeiro moçambicano, o Sul Africano perde automaticamente esta ponte com a comunidade local"<sup>73</sup>.

É importante frisar que este Programa contribuiu imenso para a emergência de agricultores comerciais locais.

---

<sup>73</sup> Entrevista pessoal com Jacinto Monteiro. 16.01.06.

## Capítulo V: Conclusão:

Apesar de se ter registado avanços significativos em diversos domínios na persecução dos objectivos principais definido para o Programa, a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, enfrentou diversos problemas como sendo inerentes a Sociedade e outros respeitantes a natureza e complexidade específica do programa.

A não realização na íntegra do Capital Social e a falta de capacidade de mobilização de financiamentos, aliados a questões organizativas, tiveram reflexos negativos na operacionalidade da Sociedade e na sua capacidade de prestação de serviços aos participantes do Programa Mosagrius.

Apesar de assistidos pela S.D.M, os farmeiros foram acumulando prejuízos ao longo do tempo (ano), devidas as dificuldades técnicas e de gestão, normalmente enfrentados pelos agricultores emergentes, como é o caso da maioria dos participantes do Programa, e por outro lado ao facto de operarem abaixo dos níveis críticos. Na sua primeira campanha agrícola, os farmeiros tiveram que fazer face aos grandes custos de desbravamento de terras, uma vez que na fase inicial do Programa estava estabelecido que os farmeiros só podiam operar em terras virgens nas áreas estritamente definidas pelo Programa. Esta situação foi de um dos factores que contribuiu para a fraca amortização do crédito concebido aos farmeiros pela Sociedade.

A experiência de financiamento da Sociedade Desenvolvimento Mosagrius mostrou que a natureza da Sociedade e o tipo de recursos de que foi adoptada não eram apropriadas para a prossecução de actividades sociais, para além das actividades comerciais. Efectivamente, a experiência demonstrou que não é apropriado ou pratico manter na mesma entidade actividades social e comercial.

Apesar da Sociedade de desenvolvimento Mosagrius terem contribuído para a emergência de novos agricultores moçambicanos e para a consolidação dalguns agricultores moçambicanos, que já operavam em Niassa, e a manutenção em actividades dalguns agricultores estrangeiros (Sul Africanos), é notória a dependência destes agricultores em termos técnicos e financeiros, reflectindo-se negativamente na sua operacionalidade as fragilidades que afectavam a Sociedade. Por outro lado, o financiamento rural foi praticamente inexistente, isto estrangulou as iniciativas produtivas e de comercialização de excedentes e falta de estudo de mercado. A comercialização

agrária e as redes de comercialização não tiveram capacidade de cobertura das necessidades. O argumento assenta na falta de acessos de meios financeiros para a reabilitação e construção de estradas e pontes. Do ponto de vista institucional, o Programa continuou estruturado nos moldes da economia centralizada e o excesso de burocracia na distribuição dos seus quadros não teve em conta vantagens comerciais.

Os sistemas de administração e gestão financeira foram deficientes, alguns agricultores tanto moçambicanos e sul africanos não sabiam gerir fundos doados.

O aparecimento da Stancon, não foi para substituir a Mosagrius mas sim para fomento, e produção do tabaco, e este aproveitou dos incentivos fiscais e aduaneiros do Programa. No tocante, a crise do Programa, os entrevistados foram unânimes em afirmar que os agricultores deixaram as suas áreas de actuação, sobretudo os Sul Africanos venderam as suas casas e seus bens<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Entrevista pessoal com Samuel Chissico. 15.11.05.

### **Fontes Consultadas:**

#### **Entrevistas Individuais:**

Abel Lucas.14.01.06- entrevistado na sua residência, Lichinga, Niassa.

Jacinto Monteiro.16.01.06- entrevistado nos Serviços Provinciais da Agricultura de Niassa, Lichinga.

João Aly. 14.01.06- entrevistado na aldeia Matucuta- Distrito de Manjune, Niassa.

Vitorino António.14.01.06- entrevistado na aldeia Matucuta- Distrito de Manjune, Niassa.

Virgílio Sabuni. 13.01.06- entrevistado nos Serviços Provinciais da Agricultura de Niassa, Niassa.

Inocência Sotomane.16.01.06- entrevistado nos Serviços Provinciais da Agricultura de Niassa, Lichinga.

Luísa Sufo.12.01.06- entrevistada na sua residência, Lichinga, Niassa.

Jonas José Tivane.12.01.06- entrevistado na Sede do Comité do Partido FRELIMO, Lichinga, em Niassa.

Samuel Chissico.15.11.2005- entrevistado na Associação dos Agricultores de Moçambique em Maputo.

Eugénia Wanga. 11.01.06- entrevistada no Gabinete da NIMOZFARM, em Lichinga, Niassa.

Marcos Ntapaça.11.01.06- entrevistado sua residência em Lichinga, Niassa.

Matucuta Aiato.14.01.06- entrevistado aldeia Matucuta- Distrito de Manjune, Niassa.

Barnabé Djaúla. 12. 01.06- entrevistado sua residência, Lichinga, Niassa.

#### **Jornais:**

Notícias: 13.12.1995

Notícias 16.05 1996

Notícias: 25.05.1998.

Notícias: 01.06.1998.

Jornal Amanhecer. 30.07.1999.

Jornal MoçAmbiente, O Niassa 2000

Domingo.12.02.2000.

**Teses/ dissertações e documentos não publicados.**

ADAM, Yussuf, Cruz e Silva, Teresa. Mercados e preços nas zonas rurais de Moçambique. Maputo. CEA-UEM. 58 págs.

ANSELMO, Jorge Miguel. A Agricultura e Métodos de Comunicação na Extensão Rural: O caso de Distrito de Angónia. Maputo. UEM, Departamento de História (FLCS). 2000.(Tese de Licenciatura)

ARAÚJO, Manuel G. M. O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformação na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Universidade de Lisboa. 1988. Lisboa. (Tese de Doutoramento)

BRAGA, Carla. Género, parentesco matrilinear, poder e política de terras: Um estudo de caso de Issa Malanga, Província de Niassa. ACTÍONAIID-Moçambique. 2001. págs. 251-252.

CARVALHO, Mário de. A Agricultura Tradicional de Moçambique: Distribuição geográfica das culturas e a sua relação com o meio. Lourenço Marques. Missão de Inquérito de Moçambique. 67 págs.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Opções Económicas de Moçambique-1975-1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: Mazula, Brazão. Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo.(s.ed).1995.

COSSA, Alberto Francisco. Uma Abordagem do Impacto da Agricultura Tradicional sobre a Dinâmica Demográfica de Moçambique. Maputo. UEM. Departamento de Geografia. 1997.(Tese de Licenciatura)

JENSON, S. K. Análise do debate parlamentar e da nova Lei de Terras para Moçambique. Land Tennure Center Projecto. Moçambique (Setembro). Maputo. 1997. 19 págs.

NGOVENE, Henrique Samuel. A Política Agrícola e o Sector Familiar na Zambézia, com incidência no Distrito de Morrumbala, particularmente no Posto Administrativo de Derre-1975-2000. Maputo. UEM. 2001.(Tese de Licenciatura)

SANTARENO, J. A. Problemas da Agricultura Ultramarina, suas Potencialidades e Condicionamentos: Caso de Moçambique (s. ed).Lisboa. 1970.

SIMÃO, Feliciano Vitorino. O Projecto de Desenvolvimento Agrário de Inhassue-Ramalhusca: Contexto e Impacto Sócio-Económico-1980-1999. Maputo. UEM. 2001. (Tese de Licenciatura)

#### **Artigos e livros não publicados**

Anuário Estatístico. Província de Niassa. 2001.

CEA. O Trabalhador Sazonal na Transformação duma Economia de Plantações. In: Projecto de Estudo sobre a produção de Algodão no Distrito de Lugela. Maputo. UEM. 1981. págs. 26-28.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Estatísticas Agrárias-1981-1991. Maputo. 1992.

FAO. La Dinamica de la Pobreza Rural (s. ed). Roma. 1986.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS. Política Nacional de Terras e Estratégias de Implementação (Draft). Maputo. 1997.

MOSCA, João. Regiões Agrárias: algumas reflexões sobre as experiências do Ministério da Agricultura. Maputo. CEA-UEM. 1989. págs.3-9.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio. A planificação e concepção dos mercados rurais. Maputo. FAO. 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio. Análise dos custos dos transportes na comercialização agrícola em Moçambique. Estudo de caso dos custos de transportes do milho das zonas norte e centro para a zona sul de Moçambique. Maputo. FAO. 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio. Insumos agrícolas para o sector familiar na zona norte. Estudo de mercado (contribuição ao debate sobre política de insumos). Maputo. 2001. FAO.

MAZULA, Brazão et all. Algumas considerações sobre o Programa Mosagrius: no acesso, posse, e uso de terras nos distritos de Manjune e Sanga. 1999. NET-UEM. Maputo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa de Desenvolvimento MOSAGRIUS. Versão 9- 5/04/96. Pretória. E-14. CDA. FS-3275. Maputo.

Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Niassa. 2001. Niassa  
Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999. Niassa.

### Artigos e livros publicados.

BARROS, H. Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrária. Coleção Nova Universidade. 2ª ed. 1982. Sá Costa Editora. Lisboa.

CARILHO, João. A Questão de Terras. In: Extra: 1992. Maputo. págs.11-14.

LEVIN, Richard & WEINER, Daniel. Peasants Speak: The Land Question in Mpumalanga. (Coord. Bernstein, Henry) In: The Agrarian Question in South Africa. London. Frank Cass. 1996. Págs. 279-304.

BOWEN, Merle L. The state against the peasantry: rural struggles in colonial and post-colonial in Mozambique. New York. University Press. 2000. págs. 185-210.

NEGRÃO, José. Cem Anos de Economia de Família Rural Africana: O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva. Maputo. Promédia. 2001.

MEDEIROS, Eduardo. História de Cabo Delgado e Niassa, (c.1836-1929). Maputo. Central Impressora. 1997. 252 págs.

LAUGHLIN, Bridget. A Questão Agrária em Moçambique. In: Estudos Moçambicanos nº 3. Maputo. CEA. 1981. págs. 82.

Perfil de Desenvolvimento da Província de Niassa. ACNUR/PNUD.1997.

Perfil de Desenvolvimento do Distrito de Majune. ACNUR/PNUD.1997.

Perfil de Desenvolvimento do Distrito de Sanga. ACNUR/PNUD.1997.

WUYTS, Marc. Economia Política do Colonialismo em Moçambique. In: Estudos Moçambicanos nº 1. Maputo. CEA. págs. 9-22.

### Pesquisa na Internet

[Http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel\\_sur/texto\\_completo.php?id=1247](http://www.redtercermundo.Org.uv/revistadel_sur/texto_completo.php?id=1247).

(data de acesso 11.11.06)

[Http://www.Africa.upenn.edu/newsletter/notmoc70.html](http://www.Africa.upenn.edu/newsletter/notmoc70.html).(data de acesso 11.11.06)

### Legislação

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Legislação do Sector Agrário. Maputo. Central Impressora e Editora Maputo, S.A.R.L. 2004. págs. 145.

SERRA, Carlos (jr.). Colectânea de Legislação sobre a Terra. Centro de formação Jurídica e Judiciária. Maputo. págs. 41 -43.

## Anexos

### Cronologia

1994-Mês de Julho: Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e a África do Sul, a pedido de África do Sul para a realização de empreendimentos económicos que visam desenvolver actividades de produção agrária, ecoturismo e agro-industrial<sup>75</sup>.

1996-Moçambique e África do Sul assinaram o Acordo de Princípios Básicos de Entendimento Sobre o Programa Mosagrius<sup>76</sup>.

1997-Ano de lançamento do Programa Mosagrius e consistiu no assentamento dos primeiros farmeiros sul africanos seleccionados pela Câmara Sul Africana para o Desenvolvimento da Agricultura em África (SACADA) que perfaziam um total de 16 farmeiros sul africanos<sup>77</sup>.

1997-Aos 6 de Maio foi criada a Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius, o organismo que iria interpretar o Programa Mosagrius<sup>78</sup>.

1997-Mês de Novembro/1998-Mês de Fevereiro: O primeiro grupo de farmeiros moçambicanos que perfaziam o número de 10 iniciou com as suas actividades e foram seleccionados com base na idoneidade e experiência na área da Agricultura<sup>79</sup>.

1998- Primeiro Semestre: A Sociedade de desenvolvimento Mosagrius abriu os seus escritórios em Maputo, como Sede<sup>80</sup>.

1998-Mês de Julho: O Conselho Económico decidiu que 450 mil dólares que o governo moçambicano havia disponibilizado fossem utilizados para implementar o

<sup>75</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>76</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER Maputo-1996.

<sup>77</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>78</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>79</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>80</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

programa, ao mesmo tempo se fez diligências para clarificação do posicionamento da SACADA em relação ao Programa<sup>81</sup>.

1999-Mês de Março: A direcção do Ministério de Pescas decidiu dar uma nova orientação ao Programa marcadamente comercial, devido a conduta da SACADA<sup>82</sup>.

1999-Mês de Abril: Acordo entre a S.D.M (Sociedade de Desenvolvimento da Mosagrius) e Stancon Tobacco Company, esta companhia Malawiana está virada para o fomento e comercialização do Tabaco<sup>83</sup>.

1999- Mês de Novembro: Retirada unilateral da SACADA<sup>84</sup>.

2001- Os escritórios da SDM foram encerrados em Maputo<sup>85</sup>.

2002/3-A Stancon Tabacos e Serviços (Moçambique), Lda., realizaram directamente o fomento, produção e comercialização de Tabaco<sup>86</sup>.

2004-Fim do exercício do Programa Mosagrius<sup>87</sup>.

---

<sup>81</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>82</sup> Centro de Documentação da Agricultura. MADER. Maputo-1996.

<sup>83</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999.Niassa

<sup>84</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999. Niassa

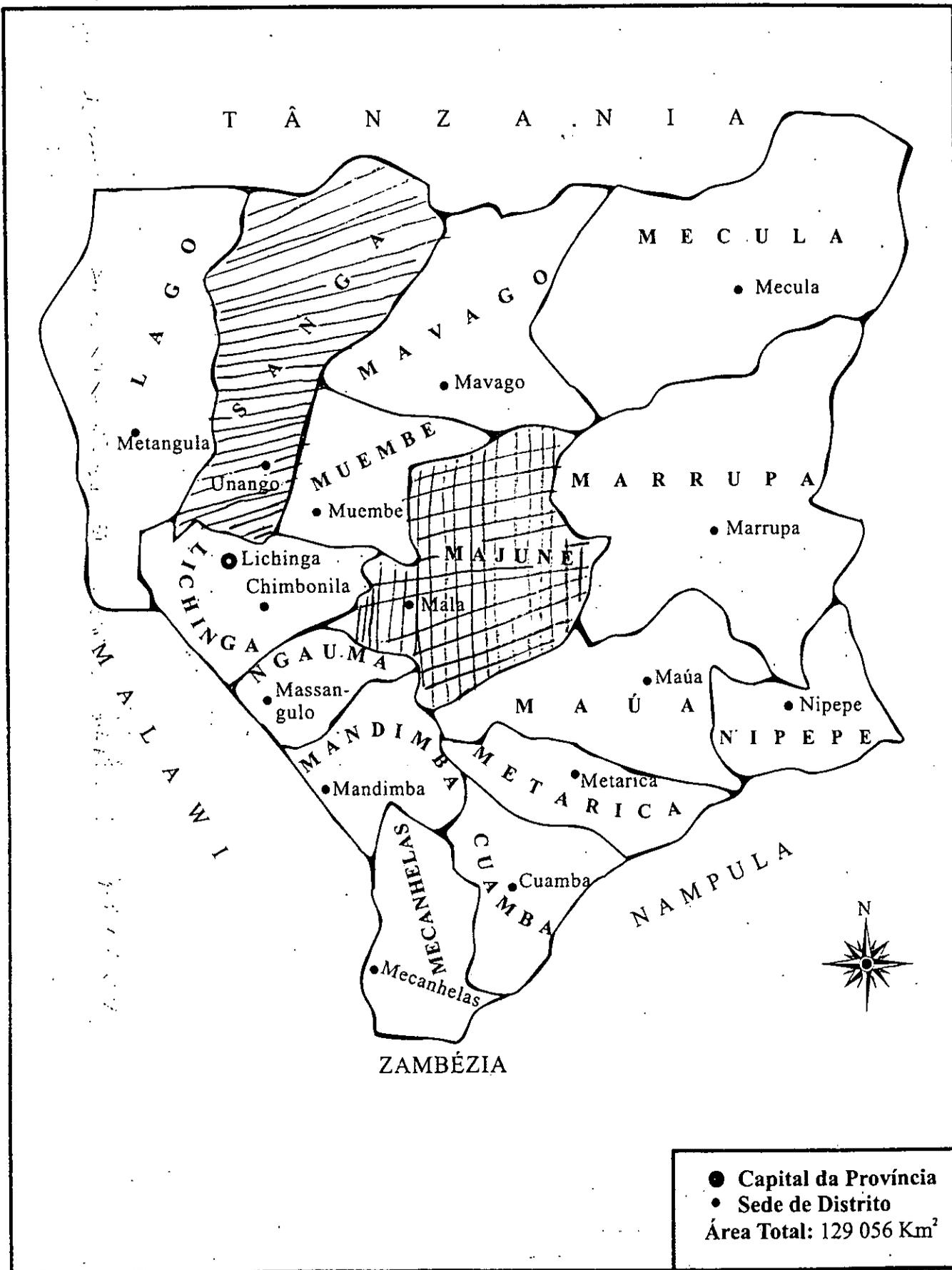
<sup>85</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999.Niassa

<sup>86</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999. Niassa

<sup>87</sup> Sociedade de Desenvolvimento Mosagrius. 1999. Niassa



Mapa 1.1.3. Província de Niassa, divisão político-administrativa



FUNTE: INE: 2003. PP: 287

## Questionário:

Nome:

Residência:

- 1- O que foi o Programa Mosagrius?
- 2- Que razões ditaram sua implementação nesta Província?
- 3- Quais eram as suas principais actividades?
- 4- Com a chegada deste Programa, vieram também os farmeiros sul africanos, sabe que factores são apontados para a sua instalação?
- 5- Como foram recebidos os farmeiros pela comunidade local?
- 6- Para integrar no programa, como é que os trabalhadores eram recrutados? Será que tinham contratos anuais?
- 7- Quais eram as culturas que o programa introduziu?
- 8- Que benefícios a população local obtinham com este programa?
- 9- Sabe dizer qual era o mercado para a colocação dos produtos?
- 10- Será que os farmeiros sul africanos recebiam algum apoio do governo ou outra instituição?
- 11- O que tem a dizer acerca das vias de acesso para movimentação das mercadorias?
- 12- Que importância tinham os transportes aqui? Quanto aos custos eram baixos ou elevados?
- 13- Quais os motivos que levaram o mesmo programa a entrar em crise?
- 14- O programa teve algum apoio para ultrapassar a crise que se deparava?
- 15- Perante a crise como é que os camponeses e a população local se sentiram?
- 16- Quais foram as consequências sócio- económicas para a província em geral?
- 17- Qual é a situação actual dos farmeiros que ficaram?

## CURRICULUM VITÆ

**Nome:** Tomás Gaspar Mpate Decualanga.

**Filiação:** Gaspar Mpate Decualanga e de Lúcia Basílio Capungo

**Naturalidade:** Maputo- Cidade

**Nacionalidade:** Moçambicana

**B. I. N.º** 110097988R

**Data/de Emissão:** 06.07.2003

**Local de Emissão:** Arquivo de Identificação Civil de Maputo.

**Endereço:** Av. Kwame Nkrumah, N.º 1491, Flat 1, Bairro da Malhangalene

**Número de Telefone:** 21417799.

### ESCOLARIDADE:

2001- 2006-Ensino Universitário na Faculdade de Letras e de Ciências Sociais, curso de História Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

1996-1997- Ensino Pré- Universitário na Escola Secundária de Pemba- Cabo Delgado.

1993-1995- Ensino Secundário Geral no Seminário Menor de São José em Pemba- Cabo Delgado.

1990-1992- Ensino Primário do 2º Grau da Malhangalene em Maputo.

1984-1989- Ensino Primário do 1º Grau na Escola Primaria 7 de Setembro em Maputo.

### CURSOS:

2005- Participei no Curso de Biblioteconomia na Universidade São Tomás de Moçambique em Maputo.

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1998-1999- Trabalhei como rececionista no Hotel Vip Pemba em Cabo Delgado.

Trabalhei na Agência de Viagens e Turismo em Pemba em regime parcial.

2004- Trabalhei como Professor de História no Colégio Rei de Maputo.

- Trabalhei como Professor de História na Escola Comunitária São Paulo no Bairro das FPLM- Xiqueleni em Maputo.

2005- Trabalhei como Professor de História na Escola Comunitária São Paulo no Bairro de Zimpeto- Anexo em Maputo.

**LÍNGUAS:**

- Português falado e escrito fluentemente.
- Inglês falado e escrito básico.

**APTIDÃO:**

- Tenho facilidade de trabalhar em equipe da disciplina,
- Capacidade de elaboração das dossificações,
- Capacidade de planear aulas quinzenais, trimestrais,
- Domínio temático da disciplina de história,
- Domínio do computador na óptica de utilizador –Word, Excel, Internet, Microsoft Powerpoint,
- Capacidade de preenchimento da pauta,
- Capacidade de realização de palestras de vários fóruns, social, cultural.

**INFORMAÇÃO PESSOAL:**

- Sigilo profissional,
- Dinâmico, capacidade de iniciativa e decisão,
- Sentido de responsabilidade,
- Honestidade e idoneidade,
- Disponibilidade a tempo inteiro.